

Orientações sobre a Nota Fiscal eletrônica – NF-e

1. A partir de que data o município precisa receber a Nota Fiscal eletrônica em substituição aos modelos 1 e 1-A?

Resposta: A partir de 01/04/2011;

2. A Nota Fiscal eletrônica substitui quais modelos/série de Nota Fiscal papel?

Resposta: A Nota Fiscal eletrônica substitui somente as notas fiscais de papel modelo 1 e 1-A; Outros documentos fiscais continuam valendo. (Ex. nota de produtor, cupom fiscal, nota de prestação de serviços).

3. O município precisa guardar o “arquivo eletrônico XML”?

Resposta: A NF-e é um documento eletrônico, digital, não podendo ser impressa. A impressão de seu conteúdo não tem valor jurídico, tampouco contábil/fiscal. É obrigação do destinatário verificar a autenticidade da NF-e por consulta ao Portal Nacional ou ao site da SEF autorizadora.

4. O município precisa consultar a existência da NF-e?

Resposta: A consulta da validade, existência e autorização de uma NF-e é obrigatória por parte do destinatário da NF-e.

Nos termos da cláusula décima, parágrafo primeiro, do Ajuste SINIEF 07/05, com redação dada pelo Ajuste SINIEF 04/06:

"§ 1º O destinatário deverá verificar a validade e autenticidade da NF-e e a existência de Autorização de Uso da NF-e."

Cabe destacar que o destinatário não necessita imprimir qualquer documento para comprovar que realizou a consulta de validade da NF-e.

A consulta aos dados completos da NF-e pode ser realizada dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua autorização de uso.

Findo esse prazo, a consulta retornará informações parciais que identifiquem a NF-e (número, data de emissão, CNPJ do emitente e do destinatário, valor e sua situação) e ficará disponível pelo prazo decadencial.

Realizada a consulta e verificada a existência e a validade da NF-e, o DANFE poderá ser utilizado como documento hábil para a comprovação documental junto ao Tribunal de Contas, em substituição às notas fiscais em papel modelos 1 e 1A.

5. O município precisa guardar o DANFE?

Resposta: O município por não ser contribuinte credenciado para a emissão de NF-e, poderá, alternativamente, manter em arquivo o DANFE relativo à NF-e da operação, em substituição ao arquivo eletrônico da NF-e.

6. Como funciona a carta de correção para a Nota Fiscal eletrônica?

Resposta: Após ter o seu uso autorizado pela SEFAZ, uma NF-e não poderá sofrer qualquer alteração, pois qualquer modificação no seu conteúdo invalida a sua assinatura digital.

A carta de correção eletrônica ainda não foi implantada, o contribuinte poderá emitir Carta de correção complementar, em papel, conforme definido através do Ajuste Sineif 01/07;

7. Ao optar pela NF-e conjugada, como o município receberá as informações dos serviços?

Resposta: Em primeiro lugar, o município deve regulamentar o processo de autorização para emissão de NF-e conjugada. Assim, o contribuinte que pretender emitir a NF-e conjugada deverá buscar autorização na Prefeitura, sob pena de emitir documento nulo e sujeitar-se à aplicação de penalidades.

Quanto ao recebimento das NF-e conjugadas pelo município, a FECAM firmou com Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEF/SC) o Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM N° 001/2010, para que a NF-e conjugada seja recepcionada pelo Estado e transmitida à FECAM, que por sua vez disponibilizará ao respectivo município.

O aplicativo da NF-e conjugada funcionará por meio do acesso ao sistema do REGIN, e permitirá a geração de relatórios básicos montados a partir das NF-e conjugadas recepcionadas, bem como possibilitará o download dos arquivos digitais das notas para utilização.

8. A administração pública pode receber a Nota Fiscal modelo 1 e 1 A para prestação de serviços, quando conjugada?

Resposta: Esse fato já ocorreu quando a NF-e foi implantada (eram casos gerais), e a orientação foi que a nota fiscal "conjugada" poderia ser usada para fins de registro da prestação de serviço (apenas as sujeitas à tributação pelo ISSQN), desde que o Município não se oponha, pois essa nota tem a autorização municipal.

Assim, permanece a mesma orientação: o Estado de SC não se opõe, mas é interessante saber se o município tem alguma regra específica que possa impedir o uso.

9. O Empreendedor Individual precisa emitir NF-e?

Resposta: Não, conforme estabelece o Decreto 156/2011, Anexo 4, Art. 5º, o empreendedor individual optante pelo SIMEI, inscrito no CCICMS/SC, é facultado o uso de qualquer documento fiscal impresso mediante AIDF e de ECF para emissão de Cupom Fiscal, observado o disposto nos §§ 4º e 5º, **vedada a autorização de uso da Nota Fiscal eletrônica e do Conhecimento de Transporte eletrônico.**

10. Fica mesmo prorrogada a exigência de emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas à Administração para alguma atividade econômica?

Resposta: Sim, conforme estabelece a cláusula segunda do Protocolo do ICMS 7 de 04/2011, os contribuintes que tenha sua atividade principal enquadrada em um dos seguintes códigos da classificação nacional de atividades econômicas:

I - 1811-3/01 Impressão de jornais;

II - 1811-3/02 Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas;

III - 4618-4/03 Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações;

IV - 4647-8/02 Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações;

V - 4618-4/99 Outros representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações;

VI - 5310-5/01 Atividades de Correio Nacional;

VII - 5310-5/02 Atividades de franqueadas e permissionárias de Correio Nacional.

11. Em qual situação é dispensada a emissão da NF-e para as compras efetuadas por entes públicos?

Resposta: Conforme estabelece o Decreto 272 de 01/06/2011 da SEF-SC é dispensável a emissão da NF-e para as compras que se enquadrem dentro da dispensa de licitação conforme estabelecido no Art. 24 da Lei 8.666/93, inciso II.

Lei 866/93 - Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que

possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Fonte de informações:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/assuntoagrupado3.aspx#sc0315>

PAULO ROBERTO BARROS GOTELIP - Auditor Fiscal da Receita Estadual